

# Quilombo vai à Justiça exigir posse da terra

Eldorado, SP — Fotos de Helvio Romero

## Comunidade de ex-escravos funda até uma associação

**JOSÉ MARIA MAYRINK**  
 EL Dorado, SP — Uma comunidade negra de 75 famílias que vivem isoladas à margem esquerda do rio Ribeira, na vila de Ivaoporunduva, município de Eldorado, a 300 quilômetros de São Paulo, fundou uma associação e entrou na Justiça para exigir a aplicação do Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição, que garante aos remanescentes dos quilombos a propriedade definitiva de suas terras. São quase 3,2 mil hectares de matas e roças, ao redor de conjunto de 30 casebres, uma escola e uma capela, que só se pode atingir de canoa.

“Nossos ancestrais se refugiaram aqui há quase 300 anos para resistir aos senhores brancos das minas e das fazendas vizinhas”, garante o coordenador da associação, José Rodrigues da Silva. Joaquina Marinho — que tem 85 anos, pela certidão, mas quase 100 pelos cálculos de suas lembranças — confirma a versão, com base na tradição oral que preserva a memória de sua gente.

**Castigo** — O negro de Ivaoporunduva já eram livres, quando a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. “Os homens atravessavam o rio para trabalhar nas redondezas, mas não se submetiam aos castigos dos fazendeiros”, conta Benedito Alves da Silva, o Ditão, do conselho fiscal da associação. “Negro pode apanhar, mas também vai bater”, reagem os libertos aos feitores que ousavam levantar os chicotes.

Orgulhoso da resistência que foi a marca registrada dos quilombos, Ditão avisa que essa disposição de luta continua em Ivaoporunduva. “E não é só aqui, é em todas as comunidades de negros da região, pois mexer com um é mexer com todos”, adverte ele: “Quando sair o título definitivo da terra, a gente vai se unir para expulsar os grileiros”, acrescenta Ditão. Três invasores exploram quase 10% da área remanescente do quilombo, cuja área ocupa terras devolutas do estado e de uma empresa carioca.

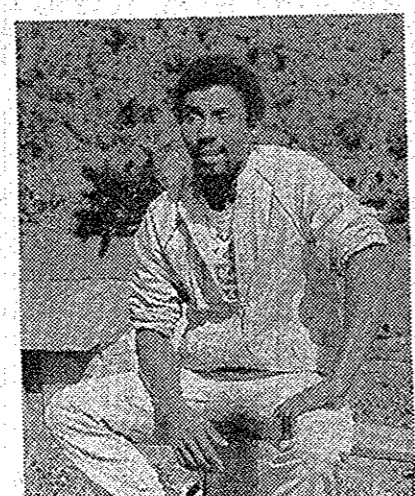
O espírito de união vale também para o trabalho em mutirão. “Quando falta braço numa área, outra socorre”, afirma Zé Rodrigues. A posse da terra é coletiva. Cada família explora um pedaço, mas ninguém é dono individualmente de nada. “Cerca é só para o gado, algumas poucas caçacas”, informa o coordenador. Alguns dos 500 moradores do quilombo criam galinhas e porcos no quintal. Com exceção da banana — a riqueza do Vale do Ribeira —, nada é vendido para fora. Arroz, milho, feijão, mandioca e verduras são cultivados só para a subsistência. “A gente é pobre, mas ninguém passa fome”, brinca Ditão.

**Obstáculo** — Como a exploração é coletiva, o ideal seria que também o título de propriedade o fosse. Para isso foi criada a associação. “Estamos pedindo, na ação judicial, que a área seja registrada em nome da comunidade, mas esbarramos num obstáculo formal, porque o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) só distribui glebas em quotas individuais”, diz a advogada Michael Nolan, do escritório de Luiz Eduardo Greenhalgh, que representa o quilombo.

Greenhalgh, que é vice-presidente do PT, enfrenta mais uma dificuldade — um projeto da senadora Benedita da Silva (PT- RJ), que delega ao Incra a responsabilidade de demarcar as terras remanescentes de quilombos. Greenhalgh vai conversar com a senadora para convencê-la a alterar ou retirar sua proposta.



Ao quilombo só se chega de canoa. São 30 casebres, uma escola (D) e uma capela, com roças ao redor



“Quando falta braço numa área, a outra socorre”, diz Rodrigues. A banana é o único meio de sustento



O quilombo ocupa áreas devolutas pertencentes ao estado e a uma empresa

## Um exemplo para outros grupos

ELDORADO, SP — Mais dois quilombos, das 17 comunidades negras do Vale do Ribeira, estão juntando documentos para entrar também na Justiça. Todos pretendem provar que os atuais ocupantes das terras são descendentes de escravos que se esconderam nas matas e nas grutas em busca da liberdade. O etnólogo Guilherme Barboza, que há 41 anos estuda a estrutura dos quilombos e é consultor da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, acredita que não será difícil ganhar a ação.

“Ivaoporunduva tem todas as características de um quilombo”, afirma. “Quilombos são organizações comunitárias essencial-

mente constituídas de descendentes de escravos, traduzidas por uma reunião de mucambos (casas de barro cobertas de palha), construídos num ponto geograficamente estratégico, chamado cafunfo”, define o especialista. Os advogados encamparam a definição e estão juntando provas para convencer o juiz da 2ª Vara Cível Federal de São Paulo de que os moradores de Ivaoporunduva são remanescentes de quilombos e sempre viveram na área.

Segundo o Livro de Tombo da paróquia de Eldorado e o testemunho de historiadores, os negros se fixaram na região por volta de 1700, quando uma multidão de senhores brancos chegou ao

Vale do Ribeira para explorar minas. Os moradores de Ivaoporunduva eram escravos de uma mulher chamada Joana Maria, muito rica e natural de Minas Gerais, que os libertou e deixou que continuassem vivendo em sua propriedade. Foi ela quem mandou construir a capela original de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, substituída no final do século 18 pela igreja atual.

Além de lutar pela propriedade definitiva, a comunidade de Ivaoporunduva está brigando também contra a Companhia Energética de São Paulo (Cesp), para impedir a construção de uma barragem que inundaria toda a vila e boa parte de suas terras.